



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ANTONIO CLÁUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

ACARAPE - CE

2019

ANTONIO CLÁUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia -
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como
requisito parcial para obtenção do título de
Pedagogo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Geranilde Costa e
Silva

ACARAPE - CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catálogo de Publicação na Fonte.

Santos, Antonio Claudio Oliveira Dos.

S237i

A inclusão de alunos/as com deficiência no Município de Barreira (CE): Um Estudo Exploratório / Antonio Claudio Oliveira Dos Santos. - Acarape, 2019.
47f: il.

Monografia - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geranilde Costa e Silva.

1. Inclusão. 2. Estudantes com deficiência. 3. Escolas públicas.
I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 371.9043

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia - apresentado ao Curso Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagogo.

A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

ANTONIO CLÁUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS
(Acadêmico)

Data da Aprovação: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Geranilde Costa e Silva
(Orientadora)

Prof. Dr. Luís Carlos Ferreira
(IH/UNILAB)

Prof. Dra. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira
(ILL/UNILAB)

**ACARAPE - CE
2019**

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a **Deus** por tudo o que ele tem me proporcionado. Sou eternamente grato por tantas oportunidades que tive em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu **Deus** pelas conquistas;

À minha família que sempre foi a base que precisei para a realização dos meus sonhos;

Aos meus pais **Antonio Augusto** e **Francisca Oliveira** por terem me incentivado sempre a batalhar pela realização dos meus sonhos;

Aos meus amigos e colegas de sala pelos momentos de descontração e troca de experiências;

Aos meus Professores da Unilab do Curso de Pedagogia, pelos ensinamentos e aprendizado durante este percurso, em especial aos Professores **Geranilde Costa, Luís Carlos, Vanessa Teixeira, Fabíola Barrocas, Rosângela Ribeiro, Rebeca Meijer, Lucho Bedoya** e a todos aqueles que foram fundamentais durante este período da minha formação para o magistério.

Em especial, a todas as crianças e seus familiares que tive contato durante parte da minha vida profissional e durante minha pesquisa acadêmica sobre as crianças deficientes da cidade de Barreira.

A todos, o meu muito obrigado!

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”.

(Jean Piaget)

RESUMO

O presente estudo trata da inclusão de alunos/as com deficiência no município de Barreira (CE), sendo este um estudo exploratório. O interesse por essa temática de estudo surgiu por meio das minhas experiências como professor, gestor, ator e diretor de teatro. Dessa forma me interessei em desenvolver uma pesquisa sobre a inclusão de alunos/as com deficiência no município de Barreira no Ceará. Tendo como objetivo geral: traçar uma linha histórica de como tem se dado o atendimento de crianças com deficiência neste município. Por sua vez, tenho como objetivos específicos: analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência no município de Barreira; identificar a matrícula dos/as alunos/as com deficiência nas escolas públicas do município de Barreira; e, por fim, realizar um documentário¹ com as mães e/ou responsáveis pelos/as estudantes com deficiência atendidos pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e escolas públicas onde eles/as atualmente estudam. Com o resultado desta pesquisa percebo, primeiro, a necessidade de sensibilizar o poder público municipal através da Secretaria da Educação do Município de Barreira e do Centro de Referência da Assistência Social, que as crianças com deficiências precisam de um melhor atendimento de modo que seus direitos sejam garantidos como determina a legislação pertinente. Em segundo lugar, acerca da necessidade das escolas serem melhor equipadas contando com a presença de profissionais qualificados na área da educação inclusiva para poder oferecer a estes educandos um serviço com qualidade.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos com deficiência. Escolas públicas. Criança.

¹ Segundo o site Wikipédia: Documentário é uma produção artística, via de regra um filme, não-ficcional, que se caracteriza principalmente pelo compromisso da exploração da realidade.

ABSTRACT

The present study deals with the inclusion of students with disabilities in the city of Barreira (CE), which is an exploratory study. Interest in this subject of study arose through my experiences as a teacher, manager, actor and theater director. Thus I was interested in developing a research on the inclusion of students with disabilities in the city of Barreira in Ceará. With the general objective: to draw a historical line of how the care of children with disabilities in this city has been given. In turn, I have as specific objectives: to analyze the process of inclusion of students with disabilities in the municipality of Barreira; identify the enrollment of students with disabilities in public schools in the city of Barreira; and, finally, make a documentary with the mothers and / or guardians of students with disabilities assisted by the Reference Center for Social Assistance - CRAS and public schools where they currently study. With the result of this research I realize, first, the need to sensitize the municipal government through the Secretary of Education of the Municipality of Barreira and the Reference Center of Social Assistance, that children with disabilities need better care so that their rights. Guaranteed as certain relevant legislation. Secondly, about the need for schools to be better equipped with the presence of qualified professionals in the field of inclusive education to be able to offer these students a quality service.

Keywords: Inclusion. Students with disabilities. Public schools. Kid.

LISTA DE SIGLAS

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
SRM - Salas de Recursos Multifuncionais
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
AEE- Atendimento Educacional Especializado
TEA - Transtorno do Espectro Autista
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CF - Constituição Federal
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
IBC - Imperial Instituto dos Meninos Cegos
INES - Instituto dos Surdos Mudos
DF - Deficiência Física
DI - Deficiência Intelectual
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
PNE - Plano Nacional de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
MEC - Ministério da Educação
SME - Secretaria Municipal da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DO TEMA	14
2.1 Minhas experiências no campo da educação como docente	16
2.2 Proximidade com a temática da Educação Inclusiva	16
2.3 Experiências vividas junto ao campo da Educação Inclusiva como docente	18
2.4 Experiências junto ao campo da Educação Inclusiva como gestor	20
3 DA METODOLOGIA DA PESQUISA	23
4 OBJETIVOS DA PESQUISA	24
4.1. Objetivo Geral	24
4.1 Objetivos Específicos	24
5 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	25
5.1 Marcos Históricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	28
6 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM BARREIRA (CE) - 2015 A 2019	32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
9 ANEXOS	38
10 APÊNCIDE	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “A inclusão de alunos/as com deficiência no Município de Barreira (CE): um estudo exploratório”.

Tendo como objetivo geral: traçar uma linha histórica de como tem se dado o atendimento de crianças com deficiência neste município. Por sua vez, tenho como objetivos específicos: - analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência no município de Barreira e identificar a matrícula dos/as alunos/as com deficiência nas escolas públicas do município de Barreira

Percebo que no dia a dia em salas de aula o quanto alunos/as com deficiência sofrem com a falta de cuidados necessários e o quanto a maioria dos/as educadores/as não tem preparação para lidar com as deficiências de cada um desses/as estudantes.

Os/as portadores/as de deficiência precisam de uma melhor atenção e cuidados específicos, o que se pode ver é que muitas escolas não têm profissionais qualificados, não existem Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, bem como salas de aula adaptadas para receber estas pessoas. É possível dizer, por exemplo, que em muitas escolas ainda não tem rampas para cadeirantes, professores/as interpretes para surdos, acompanhamento com um psicopedagogo ou um psicólogo, enfim, em muitas escolas o atendimento ainda é desumano e totalmente precário.

Como se sabe, no atual momento histórico da educação brasileira, embora a legislação garanta os direitos das pessoas com deficiência à educação e muito se debate sobre a inclusão educacional no país, a maioria dos educadores/as ainda não possuem clareza conceitual sobre o que a educação inclusiva de especiais quer dizer no cotidiano escolar, e ainda não possuem conhecimentos relevantes e consistentes sobre direitos humanos e direitos das pessoas com deficiência que hoje representam um amplo conjunto de dispositivos legais.

O presente trabalho foi organizado inicialmente com a justificativa para a escolha do tema em questão, em seguida explico qual metodologia aplicada, apresento minhas experiências no campo da educação como docente, as proximidades com a temática da Educação Inclusiva, minhas experiências vividas junto ao campo da Educação Inclusiva como docente, experiências junto ao campo

da Educação Inclusiva como gestor, e abordei também sobre a Política educacional da Educação Inclusiva no Brasil e os Marcos Históricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Como fruto desse trabalho monográfico, desenvolvi um pequeno documentário que terá como objetivo apresentar uma visão por meio da tela apresentando um pouco de como é a vida dessas crianças e seus familiares. Portanto, decidi contar através de vídeos, entrevistas com crianças deficientes e pessoas que convivem diariamente com estes educandos, mostrando como vivem na realidade.

2 JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DO TEMA

Ao escolher tratar do tema da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva levei em consideração minha história de vida, uma vez que sou professor, ator e diretor de teatro, e desde 2018 estou no cargo de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, em Barreira (CE).

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é uma unidade pública estatal que compõe a rede socioassistencial do município de Barreira e atua prioritariamente na organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no que diz respeito à vulnerabilidade e ao risco social do município. O objetivo do equipamento é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (CRAS, 2009)².

O CRAS também oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O Serviço de Convivência procura promover o desenvolvimento de atividades com crianças, adolescentes e idosos, atendendo também seus familiares e as demais pessoas da comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil. Atualmente, o CRAS de Barreira tem 507 usuários inscritos no serviço, e promove atividades voltadas às crianças e adolescente, entre 3 a 17 anos, mulheres do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), além do Grupo Viver Ativo, atendendo 28 idosos da comunidade.

Dessa forma valorizo a importante noção apresentada por Petit (2001) ao defender que nossa vida acadêmica está diretamente relacionada com as nossas experiências pessoais, pois diz:

[...] todo projeto de pesquisa tem a marca indelével das motivações do pesquisador, declaradas ou não [...] tem uma história cuja gênese frequentemente situa-se muito antes do próprio processo de pesquisa, tendendo a determinar algumas de suas feições e

² Fonte: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

contradições ulteriores. Devido a nossa formação objetivista, raramente a mencionamos, até porque nem sempre temos a clareza dela e de seus efeitos sobre a pesquisa. (PETIT, 2001, p. 126).

A partir do momento em que assumi esse cargo de gestor do CRAS passei a conviver diariamente com crianças portadoras de várias deficiências, sejam físicas e intelectuais. Sabe-se que não é fácil ser uma pessoa com deficiência, bem como para os/as docentes e cuidadores/as, pois são inúmeras as limitações dentro do contexto escolar.

Todavia, para um melhor entendimento sobre como minha vida se entrelaça com o tema da educação especial inclusiva vou apresentar um pouco mais de minha história de vida.

Em 1995, aos 16 anos, ingressei no serviço público. De 1998 a 2000, fui comunicador em um programa musical na Rádio Geração Unida FM-88.1. No mesmo período, fundei o Jornal Informativo Cultural que circulou no município de Barreira, por dois anos. No ano de 2000, fui candidato a vereador, e em 2001 fui professor do Projeto Alfabetização Solidária e vencedor do troféu “Os Melhores do Ano” com o prêmio de Melhor Ator. Além de ator desde o ano de 1995, sou diretor teatral, dramaturgo, autor de mais de 20 peças teatrais e esquetes, e já interpretei mais de 60 personagens, dentre eles a inesquecível humorista “Estabaconilda”.

Atualmente, além de escrever meus textos, ministro oficinas de teatro para iniciantes, sou Arte-Educador e Ex-Presidente da Associação dos Artistas e Artesãos de Barreira, que exerci por dois mandatos. Em 2008, fui agraciado com o Projeto do “Programa Livro Aberto” pela Fundação Biblioteca Nacional e Ministério da Cultura, onde recebi um “Kit para ampliação da Biblioteca Pública de Barreira”. Hoje, sou licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, tenho pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. E atualmente estou cursando licenciatura plena em Pedagogia pela Unilab e trabalho como Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em Barreira.

2.1 Minhas experiências no campo da educação como docente

Em 1994, fiz meu primeiro concurso público para a função de auxiliar de serviços gerais e passei a trabalhar na Escola Francisca Amélia da Silva, no município de Barreira. Após dois anos, fui aprovado em concurso público, também em Barreira para o cargo de Agente Administrativo, atividade que exerci por (10) dez anos. Em 1999, conclui minha formação para o Magistério, no antigo ensino de 2º grau - curso pedagógico, e após 02 (dois) anos, já no ano de 2001, fui professor do Programa Alfabetização Solidária³, do Governo Federal, de modo que ministrei aulas para uma turma de 25 idosos. Foi uma rica experiência com pessoas semianalfabetas que tiveram a oportunidade, durante o período de seis meses, de conseguirem pelo menos escrever seus próprios nomes.

Em 2005, fui convidado pela gestão municipal de Barreira para assumir o cargo de Diretor de Cultura, função que exerci por mais 10 anos. Em 2016, retornei à Escola Francisca Amélia da Silva como agente administrativo e, posteriormente, me tornei Coordenador do Centro de Multimeios, onde pude realizar um projeto de incentivo à leitura que tinha como título: “*Somando Talentos*” envolvendo a leitura através do teatro.

Em seguida, no ano de 2017 fui convidado pela Secretaria da Educação para ser Coordenador do Programa “Novo Mais Educação”, do Governo Federal, na referida escola. No início de 2018, fui convidado pela atual administração para ser Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em Barreira. Foi um momento muito desafiador, mas assumi em 11 de maio de 2018 e estou até o momento desenvolvendo um trabalho inclusivo com crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, mulheres e idosos.

2.2 Proximidade com a temática da Educação Inclusiva

³ Programa desenvolvido pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, criado em 1997, que alfabetiza jovens e adultos nas cidades com maior índice de analfabetismo segundo o IBGE. Fonte: <https://www.educabrasil.com.br/alfabetizacao-solidaria/> pesquisa feita em 09/12/2019.

Não escolhi a educação por um acaso. Quando retornei à escola Francisca Amélia da Silva, em 2016, tive o prazer em conhecer a aluna Valéria Silva⁴, uma criança de 13 anos com Síndrome do Down. A aluna estudava no 6º ano - A, no turno da manhã e era muito inquieta e não parava em sala de aula, não ficava na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, e corria o tempo inteiro pelos corredores da escola.

Ao perceber aquele comportamento, comecei a me aproximar da aluna. Entendi que ela era uma menina encantadora, sorridente e muito carinhosa, gostava de beijar as pessoas, abraçar e ria muito. Aos poucos, me aproximei de Valéria Silva, a levei para conhecer a sala de multimeios e comecei a colocá-la para pintar desenhos, a jogar com jogos educativos comigo, e com poucos dias eu já estava muito apegado a Valéria Silva.

Ela era uma menina muito amável, brincalhona, gostava de correr atrás de mim e dos outros colegas e todos os dias assim que chegava à escola corria para minha sala. Foi então que me interessei pelas crianças deficientes, de modo a saber sobre suas histórias de vida.

Pouco tempo depois, chegou à escola a aluna Lourdes Maria⁵, tinha 13 anos, apresentava laudo de transtorno mental (atualmente se chama Doença Intelectual)⁶ e tinha uma deficiência física nas pernas. A criança estudava no 7º ano C - manhã. Logo que a conheci fiquei encantado com seu carisma, ela era uma menina muito carinhosa e comunicativa, mas ficava pouco tempo em sala de aula. Foi então que comecei a trazê-la para a sala de multimeios, assim como tinha o costume de fazer com outras crianças que me procuravam. Nessa sala ensinava as crianças a pintar, a cobrir seu nome, escrever os numerais, as vogais, o alfabeto. A partir dessas atividades Lourdes Maria passou a gostar de pintar a “Frozen⁷”, uma personagem dos desenhos animados, assim, todas as vezes que chegava à sala de

⁴ Este é um nome fictício para abordar a história real.

⁵ Este é um nome fictício para abordar a história real.

⁶ Os termos transtorno, distúrbio e doença combinam-se aos termos mental, psíquico e psiquiátrico para descrever qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. (Atualmente a sigla “DM” mudou de nomenclatura e se chama Doença Intelectual).

⁷ Frozen (Rainha Elsa de Arendelle, também conhecida como a Rainha da Neve, é uma personagem fictícia do 53º filme de animação dos estúdios Walt Disney Pictures, Frozen. Elsa é inspirada na personagem-título de “A Rainha da Neve”, de Hans Christian Andersen).

multimeios ela me pedia um desenho para colorir ou queria ver vídeos no computador.

No dia 11 de novembro de 2016 era seu aniversário. Reuni-me com a turma da secretaria da escola e confeccionamos um convite e enviamos para seus colegas de sala e sua família, realizamos toda a decoração, lembrancinhas e o bolo de aniversário. Naquele momento viveu-se um momento muito emocionante, ela chorou, sua mãe ficou muito emocionada, e eu, como profissional me senti realizado ao proporcionar este momento para esta criança.

Nesse meio tempo também conheci o aluno Marcos Paulo⁸, 17 anos, estudante do 7º ano E - tarde, e possuía laudo de transtorno mental (que atualmente se chama Doença Intelectual)⁹. Esse adolescente não gostava de ficar em sala de aula regular e por esse motivo comecei a levá-lo para minha sala e ensiná-lo suas tarefas, além de colocar pinturas e outros trabalhos para ele fazer.

Certo dia o Marcos Paulo me surpreendeu ao chegar a minha sala com uma cartinha. Ele falou que havia escrito uma cartinha para o tio Cacá (meu apelido), perguntei a ele o que estava escrito naquela carta. Ele me entregou uma folha cheia de rabiscos e falou: - *Um bocado de coisas tio!* Posteriormente fui ler e me emocionei com aqueles rabiscos e imaginei o quanto de sentimentos bons aquele adolescente teria escrito para mim naquela cartinha.

2.3 Experiências vividas junto ao campo da Educação Inclusiva como docente

Ao vivenciar essas experiências junto às crianças deficientes da escola Francisca Amélia pude perceber a necessidade de uma qualificação profissional adequada para o trabalho com crianças portadoras de necessidades especiais. Isso porque me vi sem a devida capacitação, confesso que tive dificuldades para fazer a abordagem correta e conduzir as atividades e os projetos desenvolvidos na sala de multimeios.

⁸ Este é um nome fictício para abordar a história real.

⁹ Os termos transtorno, distúrbio e doença combinam-se aos termos mental, psíquico e psiquiátrico para descrever qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. (Atualmente a sigla "DM" mudou de nomenclatura e se chama Doença Intelectual).

Além disso, também pude identificar a necessidade que as crianças deficientes têm de serem incluídas nas atividades escolares, pois de alguma maneira elas não tinham as mesmas oportunidades que as demais de participarem de alguns momentos, o que poderia gerar outros problemas futuros, como a exclusão, o preconceito ou até a evasão escolar, dessa forma, compreendo que: “O direito à inclusão é uma forma de ampliar o acesso à educação das pessoas que, historicamente, foram excluídas em função da sua classe social, gênero, étnica, e como no caso em questão, por sua deficiência” (FERREIRA, 2005).

O tema da inclusão é um tema que já vem sendo questionado nas universidades e também dentro das famílias, principalmente daquelas que têm familiares ou filhos com deficiência e enfrentam dificuldades de acesso à educação, dentro das escolas e também em outros espaços. Muitos são os casos de crianças que sofrem com o preconceito e são tratadas por outras crianças ou até mesmo profissionais como pessoas “anormais” ou “doentes”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), publicada em 1996, é uma forma de preparar os profissionais e a escola para acolher as crianças deficientes, identificando suas habilidades e respeitando suas individualidades, procurando caminhos para o desenvolvimento e o aprendizado destas crianças, assegurando a equidade de acesso ao mesmo tempo em que as diferenças e as limitações são respeitadas. Sobre essa questão, pesquisando na página da UNESCO pude perceber que

A origem do conceito de Escola Inclusiva deu-se em decorrência de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, inclusive aquelas com desvantagens severas. As crianças devem aprender juntas. Tal consenso concebe as diferenças como condição humana ao passo que tenta adequar a aprendizagem às necessidades da criança em respeito a sua dignidade (UNESCO, 1994).

Já desde o ano de 2007, crianças com deficiência têm o direito de serem acompanhados por profissionais do Atendimento Educacional Especializado – AEE, e/ou por um profissional de apoio para acompanhá-los em sala juntamente com os/as demais alunos/as que não possuem algum tipo de deficiência. A decisão de incluírem estes educandos/a na escola regular é uma forma de assegurar o direito à

inclusão e garantir que cada criança seja assistida dentro das suas necessidades, respeitando suas diferenças e tornando a inclusão algo acessível e possível de acontecer.

Diante destes fatos, eu, enquanto educador senti a necessidade de me aperfeiçoar para entender melhor sobre como lidar com alunos/as deficientes. Dessa forma, é que no início de 2018 fiz um curso de 180 h/a sobre Atendimento Educacional Especializado – AEE. Durante o curso estudei sobre Libras¹⁰, o Autismo¹¹, o Braille¹², Síndrome de Down¹³, Hiperatividade¹⁴, Déficit de atenção¹⁵, dentre outros. Segundo Ana Célia Cavalcante, uma das professoras do curso em questão, diz que

O objetivo principal desse curso de Atendimento Educacional Especializado é a formação docente voltada ao serviço de educação especial para atendimento aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante a vida escolar. (Ana Célia Cavalcante, professora e coordenadora da Empresa Ocapédia, 2018).

Dessa forma, pretende-se eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação¹⁶.

2.4 Experiências junto ao campo da Educação Inclusiva como gestor

Minha experiência como gestor do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, está sendo de grande importância para mim. Depois que fiz o curso de Atendimento Educacional Especializado - AEE, hoje compreendo que não é fácil

¹⁰ Língua brasileira de sinais

¹¹ Transtorno do Espectro Autista – TEA.

¹² O Braille é um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão.

¹³ É uma alteração genética causada por erro na divisão celular. As pessoas apresentam características como olhos oblíquos, rosto arredondado, mãos menores e comprometimento intelectual.

¹⁴ É um sintoma muito comum em crianças, mas que também aparece em adultos.

¹⁵ O transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, conhecido pela sigla TDAH, é caracterizado pela presença simultânea, ou não, de sintomas como desatenção, hiperatividade e impulsividade.

¹⁶ A Superdotação caracteriza-se por um desenvolvimento intelectual acima da média, podendo representar especificidades em diversos campos do conhecimento.

(Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/superdotacao-intelectual.htm>. pesquisa feita em 11/03/2019.

lidar todos os dias com inúmeras crianças, e ainda dentro deste público trabalhar com crianças com deficiências diversas.

O CRAS foi criado no ano de 2007. Por ser um município de pequeno porte, sendo escolhido a localidade de Bonsucesso, em Barreira, por ser uma zona de vulnerabilidade social. Haja vista que somos um equipamento de porte 1, devido ao número de habitantes que é inferior à 50 mil pessoas.

Durante o período de 11 de maio de 2018 (data em que assumi o CRAS) a 25 de novembro de 2019, foram 2.752 pessoas beneficiadas, incluindo: serviços, cursos, encontros PAIF, visitas domiciliares, atendimentos e eventos diversos.

Ao chegar ao CRAS de Barreira em maio de 2018, já vinha recém-formado de uma pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e dei início a mais uma fase em minha carreira profissional. Antes de iniciar o novo trabalho, estudei sobre o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com o auxílio de algumas colegas da Secretaria da Assistência Social para conhecer como funciona a dinâmica do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Dessa forma percebi que eu, mais uma vez, estaria indo para o lugar certo.

Ao chegar ao referido estabelecimento, comecei a me identificar com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que desenvolve atividades socioeducativas para crianças, jovens, mulheres e idosos no equipamento, trabalhando datas sociais e temáticas relacionadas aos direitos e deveres de cada indivíduo. Dentro do público do CRAS, crianças deficientes também tem atendimento, de modo que participam das atividades junto com as demais.

Ao chegar no CRAS em 2018 conheci o aluno Alan Lucas¹⁷, 6 anos, mora em Bonsucesso, vizinho ao nosso equipamento, ele tem Deficiência Intelectual¹⁸. Com poucos dias que eu havia chegado o Alan Lucas já foi logo frequentando a sala da coordenação onde fico na maioria das vezes.

Ele é uma criança um pouco inquieta e tem dias que está um pouco agressivo com os coleguinhas e orientadores, e até mesmo comigo, mas entendo que é por conta da medicação que o mesmo toma, quando ele está assim eu o levo

¹⁷ Este é um nome fictício para abordar a história real.

¹⁸ Os termos transtorno, distúrbio e doença combinam-se aos termos mental, psíquico e psiquiátrico para descrever qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. (Atualmente a sigla “DM” mudou de nomenclatura e se chama Doença Intelectual).

até minha sala e faço atividades como: jogos de quebra cabeça, montagem de peças, dominó, dama, etc, onde ele se concentra por pouco tempo, depois volta para sala e participa das atividades com as outras crianças. Mas descobri que ele gosta dos personagens do Homem Aranha¹⁹ e Ben 10²⁰, e sempre me pede para colorir desenhos de seus personagens favoritos.

O aluno Alan Lucas foi mais uma criança deficiente que tive o prazer em cuidar e dar uma atenção em especial. Às vezes fico me questionando como será o futuro desta criança se não tiver políticas públicas voltadas para pessoas como ele.

Mesmo diante de tantas dificuldades como educador e responsável por um equipamento público, ainda assim graças ao curso do AEE, pude repassar informações e orientações para os/as facilitadores/as e orientadores/as do equipamento, instruindo-os para desenvolverem o trabalho da melhor forma, isso porque

Nas escolas, infelizmente, é comum que documentos que contenham diagnósticos médicos sirvam para justificar a falta de ação (da escola e do professor) em relação ao aluno: isso ocorre quando o professor alega não se sentir preparado para o ensino de alunos com deficiência. Casos assim deveriam ser entendidos como ponto de partida para um trabalho de cunho educacional e pedagógico destinado a esses alunos, e não como o final do processo de escolarização para eles. Quando isso ocorre é como se a escola estivesse dizendo: estes não são capazes de aprender, desistimos (VIANNA & SILVA, 2014, p. 8).

Ao trazer esta citação, é possível dizer que nas escolas públicas as crianças portadoras de necessidades especiais, em sua maioria das vezes não tem o atendimento que precisam, nem são assistidas pelo menos com o básico. Lamentavelmente muitas vezes os profissionais da educação não têm sequer uma capacitação pelos órgãos públicos onde trabalham arduamente para ofertar um ensino de qualidade comprometendo assim o atendimento e o acompanhamento das crianças.

¹⁹ O Homem-Aranha alter-ego de Peter Parker, é um personagem fictício, um super-herói que aparece nas revistas em quadrinhos americanas publicadas pela Marvel Comics, existindo no seu universo partilhado. Fonte: Wikipédia.

²⁰ Ben 10 é uma franquia de mídia de desenhos animados norte-americana criada por "Man of Action" e é produzida pelo Cartoon Network Studios. A franquia fala sobre um garoto que usa um dispositivo extraterrestre em formato de relógio de pulso, que a cada série é renovado ou trocado. Fonte: Wikipédia.

3 DA METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, porque:

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Dessa forma realizei entrevistas, busquei conhecer histórias, relatos e experiências de vida das crianças com deficiências, educandos, pais e professores para obter uma gama de informação voltadas à construção de uma pesquisa com dados de extrema relevância.

A metodologia da pesquisa que será utilizada é do tipo exploratória²¹ porque atualmente em meu município sou uma das primeiras pessoas a escrever sobre esse tema e os assuntos e materiais escritos ainda são muito precários. Por isso pretendo buscar informações através de entrevistas em áudio e vídeo, e ainda pretendi realizar a criação de um documentário para confirmar a veracidade das informações com as crianças e seus responsáveis. Dessa forma é preciso compreender que:

[...] é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador) (DUARTE, 2009, p. 9).

Importante dizer que a pesquisa exploratória assim como as demais também requer uma bibliográfica e rigor científico,

Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do

²¹ Fonte: www.oficinadapesquisa.com.br

zero. Haverá sempre alguma obra, ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão (idem, 2009, p. 9).

4. OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 OBJETIVO GERAL

- Desenvolver um estudo exploratório acerca da linha histórica de como tem se dado o atendimento de crianças com deficiência no município Barreira (CE).

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência no município de Barreira;

- Identificar a matrícula dos/as alunos/as com deficiência nas escolas públicas do município de Barreira.

5 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A inclusão de pessoas com deficiência nos programas de educação pública no Brasil teve seu início com os primeiros projetos ainda na época do império, quando D. João VI ordenou a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, e do Instituto de Surdos Mudos, em 1857, que hoje se chama Instituto Nacional de Educação dos Surdos (NOGUEIRA, 2019).

Em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi, para atendimento de doentes mentais e, em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que tem amplo histórico de atendimento a crianças com todos os tipos de deficiências em vasta área do país. Em quase todas as grandes cidades brasileiras há pelo menos uma sede da APAE que atende a pais e crianças de forma ampla.

Em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº. 4.024/61), que fundamentou as disposições e apontou os direitos das pessoas 'excepcionais' à educação dentro do sistema nacional de educação. E já na ditadura militar, em 1971, a Lei nº. 5.692/71 definiu 'tratamento especial' para estudantes com deficiências físicas, mentais, os que se encontravam em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados e, nesse sentido, acabou reforçando o preconceito já que encaminhou os deficientes para salas especiais onde eram apontados como diferentes dos demais.

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 simboliza a retomada da democracia e a reimplantação de políticas públicas educacionais que voltam seu olhar para o estudante e suas necessidades particulares em um processo que reformula os conceitos educacionais buscando valorizar as diferenças e singularidades do povo brasileiro. A educação passou, então, a olhar as especificidades de cada região do país como uma singularidade a ser valorizada. As características do povo brasileiro passaram a ser valorizadas e, dessa forma, foi retomado o sentido democratizado dos processos que estimulam o convívio tolerante, pacífico e inclusivo.

A CF de 1988 retomou a gestão democrática da educação, a qual passou a ser valorizada como direito da sociedade e dever do Estado. Incluindo, então, nesse

processo de retomada de direitos, a democratização da educação como direito público subjetivo, o que implica na responsabilização da autoridade competente caso a oferta da educação seja feita de forma que não contemple os princípios democráticos inclusivos ou mesmo quando esse direito for negado a qualquer pessoa (GRACINDO, 2007).

No art. 206, inciso I, está clara essa intenção democrática quando se estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como fator condicionante para os processos de educação e formação integral do indivíduo e como dever do Estado. A garantia de que esse serviço especializado será ofertado de forma inclusiva e não como antes era feito, de forma em separado, define como meio a rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

As políticas educacionais inclusivas no Brasil respondem às demandas de formação de pessoal produtivo, reclamada em nível internacional como reflexo de estratégias do mundo ocidental civilizado. É nesse sentido que se vive em uma aldeia global, em que a defesa dos mais frágeis, das minorias e das pessoas com deficiências deve ser articulada para o desenvolvimento econômico, social e político de toda a sociedade internacional (CARVALHO, 2008).

Falando sobre o papel da CF de 1988, Carvalho (2008, p.1273-74) afirma:

A Constituição prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (Art. 227, § 1º, II). Cabe à lei dispor sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (Art. 227, §2º).

Para a professora Lucilene Nogueira (2019) há no Brasil, assim como nos demais países em desenvolvimento, um movimento em direção a sistemas educacionais inclusivos, que apontam para mudanças significativas nos processos educacionais. Essas mudanças correspondem ao anseio de retorno aos princípios da sociedade democrática, com a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos e o compromisso de que todos tenham acesso a educação de qualidade, em que a

inclusão seja elemento importante para a aprendizagem e garantia da autonomia pessoal e social.

A história da Educação Inclusiva inicia-se com a Declaração de Salamanca (1994), documento formulado na Espanha que discute a Exclusão dos diferentes dentro de espaço escolar. O documento aponta a necessidade de uma escola para todos, levando a um movimento mundial de reflexão sobre os processos excludentes dentro da escola.

[...]...escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Declaração de Salamanca, 1994).

A história da Educação Inclusiva e da Educação Especial é muito antiga e vem sofrendo a influência do pensamento social vigente há décadas. A escola do passado não era pensada para todos. Os alunos que não estavam no “modelo” esperado de aluno eram excluídos da escola comum e encaminhados para a Educação Especial.

Desta maneira, a Educação Especial surge para atender a uma parcela destes excluídos: os deficientes. Inicialmente, os alunos com deficiências eram atendidos em ambientes específicos para cada tipo de deficiência e não se pensava em Escola para Todos. O tipo de deficiência ou especificidades apresentadas pelo aluno era acolhido de maneira diferenciada em cada momento histórico.

Os deficientes visuais e auditivos tiveram, desde a época do Império, seu desenvolvimento em Escolas Especiais. (1854 – Fundação do Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamim Constante e 1857 – Criação do Instituto dos Surdos Mudos, hoje chamado de INES).

Os alunos considerados deficientes intelectuais, inicialmente, eram atendidos nas Pestalozzi (1926) e nas APAE (1954), onde eram realizadas atividades de AVD (atividades de vida diária) e só há alguns anos as Escolas Especiais adotaram uma abordagem pedagógica acadêmica.

Quanto ao grupamento dos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, a história é bem mais recente, pois somente em 1994 este grupamento foi reconhecido pelo MEC como público-alvo da Educação Especial.

Organizamos um pequeno histórico em relação às leis que orientam a Educação Especial/Educação Inclusiva.

5.1 Marcos Históricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

1854 – Imperial Inst. dos Meninos Cegos – IBC

1857 – Instituto dos Surdos Mudos – INES

1926 – Pestalozzi - Rio de Janeiro.

1954 – APAE - Ass. Pais e Amigos dos Excepcionais.

1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61- direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

1971 – LDB nº 5.692/71, “tratamento especial” para os alunos com DF (Deficiência Física), DM (Deficiência Mental, que atualmente se chama Deficiência Intelectual), os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados (Classe Especial e Escola Especial)

1988 – Constituição Federal, Artigo 205 – Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O Art. 206 estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Oferta de Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90.

1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos.

1994 – Área Específica de Condutas Típicas de Síndromes. (Alunos com autismo, Espectro do autismo e psicose).

1994 – Declaração de Salamanca.

1994 – Política Nacional de Educação Especial – processo de “integração institucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles

que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais.

1996 – LDB nº 9394/96, art. 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados.

1999 – Decreto nº. 3298 que regulariza a Lei nº 7853/89 ao dispor sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

2001 – Resolução CNE/CEB no. 2/2001, no art. 2º. Determina: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As diretrizes ampliam o caráter da EE para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu art. 2º.

2001 – Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10172/2001, “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

2001 – A Convenção da Guatemala (1999), promulgada pelo Decreto no. 3959/2001, afirma que pessoa com deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

2002 – Resolução CNE/CP nº 1/2002 -Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica – formação docente voltada para a

atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com NEES.

2002 – Lei Nº 10436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão – Libras currículos formação de professores e fonoaudiologia.

2002 – Uso de Braille em todas as modalidades de ensino.

2003 – MEC cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.

2004 – Ministério Público Federal divulga o documento O Acesso de Alunos com Deficiências às Classes Comuns da Rede Regular (reafirmando o direito e os benefícios da escolarização nas turmas do ensino regular).

2004 – Decreto nº 5296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10098/00 estabelecendo normas e critérios para promoção da acessibilidade.

2005 – Decreto nº 5.626/05 – Lei nº: 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, Libras como disciplina curricular, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, Língua Portuguesa como segunda língua e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2005 – Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S.

2006 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU. Assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

2006 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (fomentar temáticas inclusivas – acesso e permanência na educação superior).

2007 – Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. É lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento especializado.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006, aprovada no Brasil em 2008 e promulgada em 2009, pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto). SECADI/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Decreto 7.480 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. (Alterações no decreto nº 6.253, de 2007). Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.

Nota Técnica nº 62 / 2011 / MEC/SECADI/DPEE – Orientação sobre o decreto Nº 7.611.

Lei Nº 12.764 – Política Nacional de proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

Hoje, todos os/as alunos/as têm acesso, permanência e aprendizado garantidos por lei. A orientação que norteia a Educação Inclusiva é a matrícula de todos em turma comum e o Atendimento Educacional Especializado no contraturno para os alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). A Educação Inclusiva é uma construção permanente e um desafio inevitável para uma Educação de Direitos para todos.

6 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM BARREIRA (CE) - 2015 A 2019

Como se sabe, a política da educação inclusiva se deu no início do ano de 2007. E no município de Barreira iniciou-se a passos lentos, mas, aos poucos as escolas foram sendo adaptadas. Em entrevista com a professora Silvia Monteiro Julião, que é Superintendente da Secretaria Municipal da Educação de Barreira (SME) e responsável pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Município, a demanda de crianças com deficiências foi surgindo nas escolas e por esta razão a política começou a ser implementada. Assim, as crianças eram recebidas sem a assistência necessária porque os/as professores/as não estavam preparados. Segundo a mesma, no início de cada ano letivo durante a semana pedagógica (na terceira semana do mês de janeiro de cada ano) das escolas houve palestras a fim de capacitar os/as profissionais para que os/as mesmos/as soubessem lidar com as crianças.

No que se refere à infraestrutura, segundo a professora Silvia Monteiro Julião, algumas escolas precisaram ser adaptadas para oferecerem à devida acessibilidade, assim, foram criadas em (06) seis escolas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM. Em seguida a administração criou o projeto de “Profissional de Apoio”, que é um profissional tido como “Cuidador” das crianças com Necessidades Especiais. No município não foi preciso a criação de Lei ou Projeto de Lei para esse cargo, apenas foi cumprido a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal da Educação – SME, informados pela entrevistada, no período de 2015 até 2019, um total de 06 (seis) escolas são atendidas com Salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, sendo que todas as 14 (quatorze) escolas mesmo em algumas não tendo as Salas de SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) todas são atendidas com Profissionais de Apoio para auxiliar aos professores/as e as crianças com Necessidades Especiais.

Ressaltando ainda que a maioria destes profissionais mesmo alguns sendo de nível médio ou já estando cursando a graduação em pedagogia, eles já fizeram uma capacitação em Atendimento Educacional Especializado – AEE, para melhor atender as crianças onde trabalham.

Apresentamos a tabela abaixo das escolas que tem crianças deficientes:

ESCOLA	TOTAL DE ALUNOS
EMEIEF ANTONIO JULIÃO NETO	45
EMEI BRUNILO JACÓ	03
EMEIEF BOANERGES JACÓ	49
EMEI DOMINGOS RODRIGUES PEREIRA	05
EMEI DONA RITINHA	03
EMEF FRANCISCA AMÉLIA DA SILVA	54
EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA	28
EMEIEF MANOEL MOREIRA	09
EMEIEF JOSÉ NOGUEIRA LIMA	02
EMEIEF JOSÉ AMARO DA COSTA	05
EMEIEF FRANCISCO CORREIA LIMA	24
EMEIEF FRANCISCO RAMOS DE ALBUQUERQUE	08
EMEIEF MANUEL LIBERATO DE CARVALHO	28
EMEIEF PEDRO ALEXANDRINO DE LIMA	36
TOTAL GERAL DE ALUNOS	299

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Barreira (SME) - 2019.

Perguntei à entrevistada se durante esses 12 (doze) anos de política do AEE, mudou alguma coisa no ensino em Barreira. Mesmo com todos os avanços, Silvia relata que ainda existe preconceito com as crianças deficientes. Mas, ela avalia que há ainda muito o que se fazer por estes educandos, melhorando a estrutura das escolas em relação à acessibilidade, aos materiais utilizados, em especial na qualificação dos profissionais, afim de prepará-los para um melhor desenvolvimento do seu trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi estudado para a produção deste trabalho, vimos que durante muitos anos os/as estudantes deficientes não tiveram acesso à educação. Em sua maioria eram tratados como loucos, doentes e eram esquecidos pela sociedade. O movimento de integração de acesso ao deficiente na escola pública iniciou-se durante a década de 70, mas só veio a se efetivar através de políticas públicas a partir da década de 90.

A luta por integração das crianças com deficiência foi importante para que a sociedade e os governantes começassem a perceber que estes indivíduos faziam parte da sociedade e precisariam ser incluídos em espaços públicos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade. Hoje, sabemos que a inclusão é responsabilidade da sociedade, do governo e também dos familiares.

O trabalho com as famílias também é relevante, pois muitas infelizmente ainda têm vergonha de levar seus filhos para escola regular ou têm medo dos filhos serem maltratados nesses espaços, já que ainda existem profissionais que os tratam como pessoas sem importância para o convívio social e por esse motivo deixam de inseri-los.

Diante do que foi exposto neste trabalho, concluímos que é preciso que nós educadores possamos ter a qualificação necessária para trabalhar e promover a inclusão, afim de acolher esse público em nossas escolas e repartições. Através da minha pesquisa, da entrevista realizada e pela escola que visitei, pude perceber que ainda há muita dificuldade dos profissionais em lidar com as crianças deficientes. Em sua maioria, não têm um curso de formação na área do atendimento educacional especializado.

Em decorrência do despreparo, as crianças continuam sendo pouco assistidas e não tendo realmente a atenção que merecem. Por esse motivo, muitas delas ficavam nos corredores, sem participarem das atividades, já que não possuíam um acompanhamento digno.

Com a conclusão do presente trabalho, espero ter contribuído para que os demais educadores afim de que estes tenham conhecimento de que a demanda pela educação especial é uma crescente no país e que por este motivo é de suma

importância que os profissionais se desprendam das próprias limitações e preconceitos e procurem investir em qualificações e capacitações para trabalharem de forma produtiva e inclusiva, dentro do que as legislações brasileiras orientam sobre educação especial e procurando sempre promover o desenvolvimento, a autonomia e o conhecimento para as crianças.

Com o resultado desta pesquisa pretendo sensibilizar ao poder público municipal através da Secretaria da Educação do Município de Barreira e do Centro de Referência da Assistência Social, que estas crianças precisam de um melhor atendimento e que seus direitos sejam garantidos, onde todos tenham acesso às escolas com mais equipamentos e com profissionais qualificados na área da educação inclusiva para poder oferecer a estes educandos um serviço com qualidade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção; AQUINO, Julio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei 9.394 de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. Teoria do Estado e da Constituição. Direito Constitucional Positivo. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução 456/2016**. Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. 2016.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDCA. Barreira-CE. 2018.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. SILVEIRA, Denise Tolfo. UNIDADE 2 – A PESQUISA CIENTÍFICA. In: **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso 10 nov. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994.

DUARTE, Maria M. TÍTULO: TCC 2 - VERSÃO FINAL PLANO DE NEGÓCIOS (2009). Disponível em: https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/7327/MARCIA_MARIA_DUARTE-%5B54792-687-1-803757%5DTCC2_versAo_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 nov. 2019.

FERREIRA, W. B. **Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** In: Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação 43 Especial, 2005. p. 40-46.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: UnB, 2007. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf> > Acesso em: 21 mar. 2014.

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

NOGUEIRA, Lucilene Rosa Magalhães. **Educação inclusiva no Brasil e no Paraguai** / Lucilene Rosa Magalhães. – Porto Alegre: Looz Comunicação, 2019. 166 p.

PETIT, Sandra Haydée. **Dos frutos Paralelos de uma Pesquisa**. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p. 125-144, 2001.

Secretaria Municipal da Educação de Barreira – SME. 2018/2019.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

VIANNA, Carlos Roberto; SILVA, Rosane Aparecida Favoreto da. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva / Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão educacional. Brasília, DF: MEC/SEB, 2014. P. 7-10.

ANEXOS

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (2018)



Imagem 01 - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (2018)
Arquivo Pessoal

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (2018)



Imagem 02 - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (2018)
Arquivo Pessoal

ESCOLA FRANCISCA AMÉLIA DA SILVA



Imagem 03 – ESCOLA FRANCISCA AMÉLIA DA SILVA (2019)
Arquivo Pessoal



Imagem 04 - SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE DA ESCOLA
FRANCISCA AMÉLIA DA SILVA (2019)
Arquivo Pessoal

ALUNO: NATANAEL DO NASCIMENTO SALES



Imagem 05, 06 e 07 – Aluno: Natanael (2019)
Arquivo Pessoal – (Fotos autorizadas pela família)



ALUNA: HELENA VITORIA SILVA DE OLIVEIRA



Imagem 08, 09 e 10 – Aluna: Vitória (2018)
Arquivo Pessoal – (Fotos autorizadas pela família)



APÊNDICE

ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO

TEMA: A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

DURAÇÃO: 12 Minutos.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- ✚ Iniciar o documentário com imagens aéreas de Barreira
- ✚ Cacá apresenta seu resumo antes de iniciar as entrevistas com familiares e crianças
- ✚ Em seguida chegando nas casas dos alunos para realizar entrevistas com seus familiares

Sugestões de Perguntas:

- ✚ Qual o seu nome?
- ✚ Qual o nome do/a seu/a filho/a?
- ✚ Idade da criança?
- ✚ Qual deficiência ele/a tem?
- ✚ Tem Laudo médico?
- ✚ Quais as dificuldades que você encontra para cuidar do seu filho/a?
- ✚ Como é o comportamento dele/a no dia a dia?
- ✚ Seu filho/a sofre algum preconceito por ele/a ser diferente?
- ✚ Ele é atendido pelos profissionais do AEE na escola onde frequenta?
- ✚ Os professores da sala de aula regular passam atividades diferenciadas para seu/a filho/a por ele ter dificuldades de aprendizagem?
- ✚ Seu filho é acompanhado por profissionais especializados? Por exemplo: no CAPS ou outros locais de atendimento?
- ✚ Como você se sente em ser mãe/pai/cuidador do/a seu/a filho/a?
- ✚ O que você espera do futuro para o/a seu/a filho/a?

Muito obrigado!

TEMA: A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

NOME DA ENTREVISTADA: RAQUEL GOMES DO NASCIMENTO LIMA

1. Qual o seu nome?

Raquel Gomes do Nascimento Lima

2. Qual o nome do/a seu/a filho/a?

Natanael do Nascimento Sales

3. Idade da criança?

06 anos

4. Qual deficiência ele/a tem?

Ele é imperativo e tem deficiência intelectual

5. Tem Laudo médico?

Sim

6. Quais as dificuldades que você encontra para cuidar do seu filho/a?

As dificuldades nele é a medicação que falta muito e a questão quando ele fica sem medicação, ele fica com problema no colégio, agitado... ele fica totalmente diferente.

7. Como é o comportamento dele/a no dia a dia?

Ele fica agressivo quando tá sem medicamento.

8. Seu filho/a sofre algum preconceito por ele/a ser diferente?

Eu sinto assim, o tratamento que os outros alunos tratam ele no dia a dia, tratam ele diferente. Tem alguns alunos que xingam, chamam ele de doido... tem alguns que fazem isso.

9. Ele é atendido pelos profissionais do AEE na escola onde frequenta?

Ele é, só que o nome das professoras não to lembrada agora, (lembrei a ela o nome da cuidadora) Bilaca. Ela conclui: "Ai é ela mesmo a Bilaca!"

10. Os professores da sala de aula regular passam atividades diferenciadas para seu/a filho/a por ele ter dificuldades de aprendizagem?

Eu acho que lá é a mesma coisa do CRAS.

11. Seu filho é acompanhado por profissionais especializados? Por exemplo: no CAPS ou outros locais de atendimento?

Ele é acompanhado pela psicóloga, a pedagoga e o psiquiatra. Uma vez por mês.

12. Como você se sente em ser mãe/pai/cuidador do/a seu/a filho/a?

Eu me sinto feliz né que ele é uma criança muito especial, ele é carinhoso, quando ele quer ele se comporta, ele é querido.

13. O que você espera do futuro para o/a seu/a filho/a?

Eu espero um futuro, assim... que ele tenha uma medicação que controle o comportamento dele, que o problema dele não interfira na vida dele.

Perguntei ao Natanael o que ele faz em sua escola no dia a dia.

Natanael: Faço pintar, estudar, e no CRAS eu brinco, gosto do homem aranha e ben 10.

TEMA: A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BARREIRA (CE): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

NOME DA ENTREVISTADA: ANTONIA FERNANDES DA SILVA OLIVEIRA

1. Qual o seu nome?

Antonia Fernandes da Silva Oliveira

2. Qual o nome do/a seu/a filho/a?

Helena Vitoria Silva de Oliveira

3. Idade da criança?

16 anos

4. Qual deficiência ele/a tem?

É mental né, porque ela é perfeita, tem as pernas e os braços, tudo bem perfeitinhas né. Ela é síndrome de down de nascença já com 6 meses ela já começou a tomar gardenal. Ai só pra lutar com ela se a gente tiver medicamento. Andou com 6 anos, as pernas e braços dela era mole.

5. Tem Laudo médico?

Sim.

6. Quais as dificuldades que você encontra para cuidar do seu filho/a?

Eu sinto quando ela imperra num canto que não quer vir, ai eu fico muito triste porque eu tenho que trazer ela a força. Porque ela que vir de carro e de moto e eu não tenho essas coisas né.

7. Como é o comportamento dele/a no dia a dia?

Se tiver medicamento né e num tiver muito aperreio ela é comportada. Se não ela fica agitada, rebola as coisas que tiver na mão da gente, ela quebra vazilha que ta na mão da gente.

8. Seu filho/a sofre algum preconceito por ele/a ser diferente?

No começo ela já sofreu muito preconceito na escola, mas agora por enquanto ta sendo menos né, porque o pessoal ta aprendendo a respeitar, e agora ela já tem 16 anos ai o povo respeita mais e já se acostumou com ela. Ela tem algumas amiguinhas com a Flavinha que é muito amiga dela.

9. Ele é atendido pelos profissionais do AEE na escola onde frequenta?

É.. o Alailson (prefeito) esse ano botou a Paloma pra cuidar dela, mas lá na sala tem a Estela, a Socorrinha, tem as outras meninas que ajudam né.

10. Os professores da sala de aula regular passam atividades diferenciadas para seu/a filho/a por ele ter dificuldades de aprendizagem?

Passam ... desenhos, inventaram agora no final do ano de fazer umas bolsinhas, umas coisinhas douradas, inventaram um bocado de coisinhas com elas.

11. Seu filho é acompanhado por profissionais especializados? Por exemplo: no CAPS ou outros locais de atendimento?

Só no Alberto Sabin, aqui mesmo eu não levo pra canto nenhum não. Os médicos daqui nem consultam a Vitória, tudo dela é lá em Fortaleza. De 6 em 6 meses nós vamos. Agora nós ia botar os papel da cabeça porque ela tinha um furo no coração mais graças a Deus não foi preciso operar porque o médico fez um exame e sumiu, não foi preciso mais operar.

12. Como você se sente em ser mãe/pai/cuidador do/a seu/a filho/a?

Rapaz eu me sinto bem né. No início eu achava muito ruim, eu olhava pra ela via as outras filhas tudo boa e ele desse jeito, mas eu hoje me conformo e entendo né. E a culpa não era minha nem do pai dela né. Ela nasceu assim e nós temos que aceitar né. O doutor disse que não tinha nada a ver com minha idade porque tem gente mais nova que também tem filhos assim como ela.

13. O que você espera do futuro para o/a seu/a filho/a?

Rapaz eu espero muito coisa mais sei que ela não tem possibilidade de aprender muita coisa não. Porque o sonho dela é ser um sora (professora) mas ela não sabe ler ainda.

Perguntei a Vitória o que ele quer ser no futuro.

Vitória: (ela falou pouco...) Sôra... (professora).